

Os levantes de Junho de 2013 e o esgotamento do pacto lulista: sobre antagonismo, contradição e oxímoro¹

Idelber Avelar

A recente crise política vivida pelo Estado brasileiro, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em meio a um massivo escândalo de corrupção na Petrobrás, colocou o Brasil novamente sob os holofotes. As tentativas de explicar os acontecimentos recentes geralmente adotam um ponto de partida específico – as gigantescas revoltas de junho de 2013² – e terminam com a remoção definitiva de Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Seria exagero dizer que todas as análises apontaram o primeiro acontecimento como tendo sido a causa do último, mas a maioria das que foram produzidas no âmbito das ciências sociais o fez³, assim como foi o caso na maior parte das declarações de líderes e apoiadores do governo destituído. Junho levou ao golpe, nos dizem Jessé Souza e vários outros cientistas sociais. Embora seja verdade que existe uma conexão a ser feita entre os acontecimentos de junho de 2013 e agosto de 2016, é possível compreendê-la melhor por meio de uma análise da incapacidade de Rousseff para responder, de maneira minimamente aceitável, precisa e articulada, ao maior levante da história do país e que não a havia escolhido como um dos seus alvos principais. Mesmo quando a ligação entre os protestos de Junho e o impeachment de Rousseff não é estabelecida como causalidade, o vetor de análise tende a assumir um caráter unidirecional que privilegia o que não deveria ser privilegiado. Noutras palavras, o problema com “vamos contar a história que vai das revoltas ao golpe” repousa no fato que essa narrativa toma um acontecimento realmente histórico, revolucionário e único, para interpretá-lo retrospectivamente à luz de algo bem menos importante, de um ajuste menor no palácio presidencial e nas regras do jogo, isto é, cambalachos relativamente comuns na história política brasileira. É por isso que proponho um ponto de partida diferente para as narrativas sobre a gênese do lulismo, em relação àquelas que dão voltas em torno da grandiosidade do Brasil e da suposta conquista do status internacional a que o país sempre teve vocação. Para construir essa narrativa, o lulismo modulou uma retórica que combina antagonismos, contradições e oxímoros. Este artigo

procura tanto realizar uma análise do lulismo enquanto discurso como demonstrar que a essência de Junho consiste em sua potência insurrecional, ou seja, em sua irreduzibilidade a qualquer malha analítica.

Se tivéssemos que precisar o auge da metáfora do Brasil Grande, uma boa escolha seria a capa da revista *The economist*, de novembro de 2009, que trouxe a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, representada como um foguete e coroada pela manchete *O Brasil decola*. Aqueles eram os anos em que Lula gozava de impressionantes 85% de taxa de aprovação e os brasileiros que supostamente haviam ingressado na classe média eram contabilizados em dezenas de milhões. O país tinha acabado de vencer as batalhas de relações públicas necessárias para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A crise dos *subprimes* de 2008 passara, deixando a economia do Brasil praticamente incólume, graças aos intensos programas keynesianos voltados ao fortalecimento do mercado interno e ao seu aquecimento por meio do crédito público. Parecia que a estabilidade macroeconômica herdada dos anos FHC tinha sido combinada, numa receita de sucesso, com a sensibilidade social que era a marca dos governos Lula, produzindo um país que conseguia aliar crescimento econômico, estabilidade, mitigação das desigualdades e preservação das instituições democráticas. Por um período de tempo, o Brasil associou os sonhos dourados de socialistas e de liberais sem contradição. A revista *The economist* resumiu a singularidade do país dentro dos BRICS com uma sequência de elogios: “Diferente da China, o Brasil é uma democracia. Diferente da Índia, não tem insurgentes, nenhum conflito étnico ou religioso nem vizinhos hostis. Diferente da Rússia, exporta mais do que apenas petróleo e armas, e trata os investidores estrangeiros com respeito”. Em suma, aos olhos dos mais respeitados bastiões do jornalismo liberal, bem como dos movimentos sociais à esquerda no Brasil, o lulismo detinha a chave para uma integração pacífica das potências emergentes no panteão de nações capitalistas-porém-socialmente-justas.

O fato engraçado, quando se pensa em retrospectiva, é que a justificativa apresentada por *The economist* para o efêmero sucesso do Brasil continua plenamente válida. O Brasil é tão democrático hoje quanto era em 2009, ele permanece livre de insurgências étnicas, vizinhos hostis e conflitos religiosos (pelo menos do tipo mais comum na geopolítica mundial de hoje), e segue tratando os investidores “com respeito”. Ainda assim, todo o edifício veio abaixo. O país está em recessão há três anos e perdeu 10% de seu Produto Nacional Bruto. Contraiu uma dívida pública massiva,

produziu mais de 12 milhões de desempregados (como se sabe, o número não inclui aqueles que já pararam de procurar emprego) e testemunhou um imenso escândalo de corrupção, com o roubo de dezenas, quiçá centenas, de bilhões de dólares de sua maior empresa pública. Uma espiral de falências, tanto no setor público quanto no privado ocorreu na sequência. Nenhum economista sério hoje estima que o país vá novamente se recuperar em ritmo constante ou que venha a mitigar a desigualdade em um futuro próximo. Segundo pesquisas mais recentes, o número de pessoas que deixou de ser pobre se mostrou bem menor do que o anteriormente estimado ou sob uma proteção social menos sólida, uma vez que muitas acabaram voltando a viver abaixo da linha internacional da pobreza nos últimos anos do governo Rousseff. (Mota, 12). Na arena política, um montante de políticos foi mandado para a cadeia, enquanto outros continuam a ser investigados. Um processo de impeachment verdadeiramente farsesco coroou o tão discutido tombo de um governo que mal havia conseguido se reeleger e que só o fizera ao mentir descaradamente sobre a situação do país e sobre como pretendia enfrentá-la. Se o ano de 2009 foi o ponto em que a escalada atingiu o seu pico, em 2017, a impressão que resta é de um colapso, mas se poderia facilmente argumentar que o fundo do poço ainda não foi atingido.

A queda de Dilma não foi brusca, ou pelo menos não tão brusca quanto tem aparecido aos olhos da maioria da esquerda brasileira e dos cientistas políticos. Leonardo Avritzer a chama de “fato mais importante desde a Constituição de 1988” (Labaki n/p). Luís Felipe Miguel, de “golpe parlamentar” (Labaki n/p), como também o fazem Fernando Guarnieri e Fabiano Santos (485). Santos chega ao ponto de afirmar que “nenhum diagnóstico em 2015 previu que as elites políticas iriam arriscar um processo dessa natureza” (Labaki n/p). O que configura certamente uma alegação discutível, já que, ao longo de 2015, protestos abalaram o país e, em dezembro, a taxa de aprovação de Dilma Rousseff desceu a inéditos 9%. Ainda que um número significativo de cientistas sociais tenha buscado racionalizar o sistema político apodrecido, não houve como contornar as continuidades entre os períodos anterior e posterior ao impeachment. Muitos se inclinaram a ver a queda de Rousseff como uma aberração (um “golpe”) que deveria ter sido evitada, ou que de qualquer modo resultou de um equívoco por parte dos atores sociais. Notas oficiais da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) evitaram usar a palavra “golpe”, mas mantiveram a lógica por trás da retórica do golpe, ao falar de um “risco ao estado democrático de direito” e

uma “injustiça que compromete a credibilidade do sistema democrático”, além da “perplexidade ante o uso ilegítimo e juridicamente sem fundamento do instituto do impeachment” (ABCP). Nem é preciso dizer que, dificilmente, alguém consideraria “justiça” como paradigma para analisar o sistema político brasileiro em qualquer de seus momentos. De fato, em dezembro de 2015, quando a ABCP publicou sua nota, não eram muitos os observadores atentos da crise política que admitiriam estar “perplexos” ante o curso dos acontecimentos.

A maior parte da esquerda também enxergou no impeachment de Rousseff um divisor de águas, uma vez que estava propensa a permanecer envolta pelo laço afetivo do lulismo em torno dos movimentos sociais. Tal prestígio era real, derivado da hegemonia considerável do partido sobre estes movimentos, do carisma do líder e de algumas das realizações inegáveis de seu governo. Os cientistas sociais e a esquerda coincidiram, então, em ver o impeachment de Rousseff como uma grande ruptura da democracia. Com certeza, a avaliação não foi unânime entre esses grupos, já que parte da esquerda ambientalista, e também alguns cientistas políticos, como Marcos Nobre (um filósofo por formação, mas que escreve sobre o sistema político do país), apresentaram versões mais nuançadas do cenário contemporâneo que, eu sustento, é melhor compreendido como *o Brasil pós-Junho*. De um ponto de vista que não seja minimamente partidário ou racionalizante do sistema de representação política, parece bastante óbvio que o acontecimento verdadeiramente histórico foi Junho e não o impeachment.

Marcos Nobre passou ao largo de alguns becos sem saída da ciência política brasileira para abordar descritivamente o que é mais próprio desse sistema político, que ele nomeia de *pemedebismo* (Nobre, 9-27). O conceito descreve a natureza da vida política no país ao converter em metáfora o acrônimo do maior partido, o PMDB, que, a federação de oligarcas locais que está sempre no poder, independente de quem vença as eleições. O mérito da teoria de Nobre reside em captar a originalidade do sistema partidário brasileiro, bastante único na América Latina. Na Colômbia e na América Central, as disputas políticas tradicionalmente acontecem segundo uma estrutura binária que opõe liberais e conservadores. No Chile, um sistema triádico composto pela direita, pelos democratas cristãos e pela esquerda socialista e comunista se manteve razoavelmente estável ao longo das décadas, descontando o intervalo pinochetista. Na Argentina, há tempos o maior partido com conteúdo social real ocupa o centro da cena e organiza o campo político ao seu redor, primeiro com os radicais de classe média no

começo do século 20 e, depois, com o peronismo, da década de 1940 em diante. No Brasil, ao contrário, a regra tem sido a proliferação selvagem de siglas sem significado em coalizões de mais de 20 partidos que não passam de meros instrumentos do tráfico de propinas e conchavos orçamentários. De acordo com Nobre, o *pemedebismo* é um arranjo estrutural, embora informal, que permite o funcionamento desse obeso sistema político (Nobre, 14).

Segundo Nobre, o *pemedebismo* tem cinco características fundamentais: o governismo (a coalizão de oligarcas é sempre parte do governo, a despeito de quem ganhe a eleição), a formação de supermaiorias legislativas, um sistema hierárquico de vetos, um bloqueio máximo contra o ingresso de novos membros (de modo que a coalizão conserve o seu poder de barganha), e o deslocamento de todos os antagonismos aos bastidores, de modo que o antagonismo *per se* jamais aflore em campo aberto. Os resultados práticos do reino do *pemedebismo* na estrutura partidária são visíveis no Brasil há 23 anos. Da conformação do bloco de governo de FHC em 1994 ao recurso de Lula ao PMDB para consolidar as suas bases em 2005, a coalizão oligárquica se manteve no poder ininterruptamente. Nobre aponta que esse impasse decorre dos vários modos pelos quais a herança autoritária da ditadura impede que os processos de modernização venham a ser adequadamente traduzidos no sistema político. Depois do impeachment de Collor em 1992, com o Brasil ainda cambaleando na esteira da hiperinflação dos anos 1980, o plano de estabilização da moeda deu certo porque, em parte, foi apresentado como um pacto “que não combate de frente a lógica *pemedebista* da política brasileira, mas propõe a ela uma acomodação” (Nobre, 62). Esse pacto estava ancorado na proibição que a dívida pública saísse do controle, na manutenção da inflação em níveis razoáveis por meio do monitoramento das taxas de juros e na ausência de enfrentamento à lógica dos mercados.

O *pemedebismo* pode também ser definido como o que se tornou a democracia brasileira nos tempos pós-ditatoriais, no rescaldo do impeachment de Collor. Trata-se de um arranjo em que os antagonismos ideológicos são camuflados em proveito de acordos de gabinete, vetos a portas fechadas e formação de supermaiorias no Congresso através da chantagem. Nunca um presidente no Brasil é eleito contando com uma maioria parlamentar automática para a sua linha partidária, nem a oposição está ideologicamente imune de ser atraída para o governo. O Congresso acaba assim testemunhando a cada mandato a formação de uma base governista alargada, flutuante e amorfa, que vai oscilar em função do grau de apoio popular ao governo, do poder de barganha da

presidência e das condições políticas e econômicas para a chantagem generalizada. O objetivo perene do superbloco *pemedebista* consiste em negociar o apoio a qualquer governo em troca de emendas orçamentárias para projetos locais de valor questionável, sinecuras no aparelho estatal, apoios políticos nas próximas eleições (sobretudo do cobiçado tempo na TV a que todos os partidos têm direito) e, como o país percebeu com espanto, a acumulação inimaginável de montanhas de dinheiro. O pemedebismo é, conseqüentemente, o arranjo oligárquico que permitiu ao sistema se recompor-se depois da queda de Collor, em decorrência da falta de apoio político. Segundo o esquema que se firmou ali, os dois blocos em antagonismo, um de centro-esquerda encabeçado pelo PT, o outro de centro-direita liderado pelo PSDB, começaram a se alternar-se no poder. Os dois, entretanto, sucumbiram à chantagem do pemedebismo e cortejaram as coalizões oligárquicas aglutinadas ao redor do PMDB e de seus partidos-satélite, igualmente despidos de orientações ideológicas. O lulismo não deveria ser visto como um antagonista ao pemedebismo, mas simplesmente como uma acomodação de centro-esquerda a ele.

Compreendido do ponto de vista da *longue durée* do pemedebismo, o impeachment de Dilma Rousseff passa a ser uma reacomodação relativamente desimportante, um ajuste que não altera muito a composição do governo e certamente não toca, nem para melhorar nem para piorar, as estruturas do regime político *pemedebista*. O impeachment de Rousseff deveria, portanto, ser entendido como análogo às negociações bem sucedidas de FHC para aprovar a emenda constitucional que lhe permitiu ser reeleito em 1998, ou então análogo à imposição do então presidente Sarney em prolongar o seu mandato para cinco anos, e não quatro, como havia sido originalmente acordado em 1985. Em tais ocasiões, assim como durante o próprio impeachment de Collor, o sistema político mudou as suas regras com o jogo em andamento, em todos os casos com algum grau de hipocrisia e em meio a acusações de corrupção, a fim de reacomodar o pacto *pemedebista*. *A constante reescritura retrospectiva das regras tem sido o funcionamento costumeiro da democracia brasileira enquanto tal.* Não existe uma entidade cuja existência positiva poderia ser identificada como “a democracia brasileira”, depois quebrada ou interrompida, seja pelas manobras de Sarney ou FHC em alongar a permanência no poder, seja pelo encurtamento dela nos casos de Collor (1992) e Dilma (2016). Em todas essas situações, o sistema político fez o ajuste necessário para manter a o boa desenvoltura do pacto oligárquico, que constituiu seu funcionamento por décadas, e permitiu que se passasse por cima das leis,

ou que elas fossem reinterpretadas de acordo com a conveniência das elites políticas. Observado do ponto de vista de sua estrutura mais íntima, o sistema político brasileiro não foi comprometido ou rompido por nenhuma das manobras citadas, relativas à política parlamentar ou eleitoral. O sistema foi, no entanto, significativamente abalado desde o seu exterior, pela série de revoltas e levantes populares que ficaram conhecidas, simplesmente, como *Junho*.

Para além dos jogos intrapalacianos ou intraparlamentares, a estrutura política *pemedebista* foi certamente desafiada no Brasil recente, mas isto não se deu por uma força oriunda do próprio sistema partidário. Quando a simples demanda pela revogação do aumento das tarifas de transporte público acendeu a faísca, os protestos populares de Junho incendiaram os mecanismos de blindagem do sistema político brasileiro. Também desabou o edifício inteiro de contradições do lulismo. De início, entre as várias características que se pode atribuir a Junho, duas devem permanecer em destaque: os protestos de 2013 foram inquestionavelmente *um levante* e o levante foi *múltiplo*. Inscrito nos movimentos autonomistas globais da era *Occupy*, Junho tomou a forma de uma multiplicidade de levantes⁴. Constatar a sua natureza múltipla é um gesto ao mesmo tempo óbvio e profundo. Enquanto cientistas políticos como Fabiano Santos e Fernando Guarnieri interpretaram os levantes de Junho como ponto de partida de uma degeneração institucional que viria a culminar no impeachment de Dilma, acadêmicos e ativistas que rastream as várias tramas emergentes dos levantes chegaram a conclusões diferentes, a saber, que era primeiro e antes de tudo um levante *múltiplo*. Junho não era o preâmbulo de um suposto “golpe”, não era Junho que deveria ser acusado pelas subseqüentes derrocadas do sistema político brasileiro, e não era um protesto amorfo e ambíguo a seguir hegemonizado por “fascistas”, como alguns sustentaram de um modo espantoso (Santos e Guarnieri 487). Entre muitas outras coisas, Junho foi um movimento de revolta contra o sistema apodrecido da representação política. Nesse sentido, Marcos Nobre não está longe da verdade ao escrever que era um levante contra o pemedebismo e, portanto, um grito de revolta contra todo o sistema político (Nobre, 142-157). Junho assinalou o ponto final do período de uma década em que o lulismo foi capaz de administrar ruas silenciosas e movimentos sociais dóceis, cooptados pela fascinação em colaborar com um governo progressista.

O lulismo foi uma sinfonia modulada de antagonismos, contradições e oxímoros, pois cada uma dessas categorias retóricas descreve um aspecto da experiência lulista.

Como desenvolvido por André Singer no livro mais canônico escrito sobre o fenômeno, o lulismo se constituiu em 2005 quando, em meio a um escândalo de corrupção, o presidente Lula organizou em torno de si um cinturão de proteção formado pelos movimentos sociais (Singer, 51-83). A partir dessa resposta ao mensalão, Lula passou a se revezar entre a imagem outrora ubíqua do presidente de todos os cidadãos, de conciliador suave que assinou a “Carta aos brasileiros” para acalmar os mercados, e a imagem recuperada e reinventada do líder inflamado dos pobres que sempre precisou de um *antagonista* no interior de seu discurso. Lula decidiu que a posição do antagonista seria ocupada por uma alternância entre a mídia golpista, a oposição de direita, os ambientalistas obcecados em salvar pererecas, ou a classe média desprovida de orgulho nacional e vulnerável ao complexo de vira-latas, um alvo frequente do lulismo.

O motor desses antagonismos foi uma profunda *contradição* entre diferentes momentos do discurso e da prática do lulismo, aqueles do Lula conciliador e os do Lula orador feroz e líder popular. Algumas discrepâncias entre conciliação e vociferação são esperadas na atuação de todos os políticos, mas o lulismo modulou essa contradição em um nível formidável, produzindo uma sinfonia de falas que se contradiziam parcialmente, oscilando entre conversas conciliatórias com líderes empresariais, de manhã, e a retórica inflamada da luta de classes dirigida aos pobres ou à classe média baixa sindicalizada, de tarde. Em permanente ofensiva contra a imprensa, Lula sempre foi amigável e generoso em suas negociações com os interesses das grandes empresas de comunicações, particularmente com a Rede Globo. Seja por meio da distribuição de verbas publicitárias, seja pelo exercício do poder de nomear o Ministro das Comunicações, o império da Rede Globo integrou profundamente o pacto do lulismo.⁵ O governo Lula nunca tentou efetivar o dispositivo constitucional que requer certo grau de quebra do monopólio em comunicações onde quer que ele apareça. Em qualquer medida, a relação com a imprensa foi apenas um, entre muitos exemplos de como o lulismo fez da contradição entre diferentes momentos de sua prática discursiva um mecanismo que lhe permitiu modular e regular o sistema de antagonismos.

A defesa discursiva do lulismo, quando atacado a partir de lados diferentes do espectro político, também foi de uma contradição singular. Ao ser criticado por uma extrema direita meio paranóica, que o via como um primo perigoso do chavismo, o lulismo reagia em termos surpreendentemente moderados, apontando com razão que a comunidade empresarial nunca havia lucrado tanto como durante a gestão Lula e que os governos do PT eram sólidos em termos macroeconômicos e amistosos com os

mercados. Por sua vez, quando a crítica partia de ambientalistas como Marina Silva ou políticos independentes que se autodenominam de centro-esquerda, como Cristóvam Buarque ou Fernando Gabeira⁶, o lulismo adotava um discurso quase-bolchevique, que repetidas vezes mente retratava os seus adversários de centro-esquerda como direitistas dedicados a trair os ganhos sociais. Este movimento foi acompanhado de um autorretrato que mostrava uma tomada do poder revolucionária e popular, mesmo que pacífica. Particularmente durante as campanhas eleitorais, a linha de ataque do lulismo contra os ambientalistas e os moderados era uma visível radicalização à esquerda, em clara contradição com a natureza moderada orientada ao mercado e aos oligopólios de seu próprio governo⁷. A necessidade constante de identificar um antagonista, acoplada às várias contradições, algumas das quais indiquei acima, terminaram convertendo o oxímoro no tropo Lulista por excelência. Diferente do antagonismo, confronto entre opostos que ocupam polos distintos de uma dicotomia, e diferente da contradição, em que o sujeito mantém teses opostas em tempos ou lugares distintos, no oxímoro os dois opostos ocupam o mesmo tempo e espaço. Daí a natureza agonística do oxímoro: uma expressão como “círculo quadrado” empurra a linguagem ao ponto do colapso, um lugar impossível, marcado por uma coabitação que realmente perturba a ordem discursiva. No antagonismo e na contradição, temos a sensação que o sujeito está recorrendo a uma figura retórica; no oxímoro, a tendência é sentir que o sujeito *foi sobrepujado* por uma figura retórica. O lulismo manteve sua vocação ao oxímoro ao longo de sua história: ele simultaneamente antagonizou e reconciliou, denunciou e construiu consenso, inflamou e esfriou os ânimos. Tais práticas foram mais do que reiteradas no lulismo ao longo da última década; elas foram simultâneas e moduladas em conjunto, rastreáveis nas falas, entrevistas e atos públicos de Lula. A tensão acumulada nessa estrutura retórica colapsou com os levantes de Junho, sob o peso da cooptação dos movimentos sociais pelo lulismo. Para o lulismo, o oxímoro foi uma estratégia de adestramento retórico, mas Junho não podia ser adestrado, não se pode adestrar um verdadeiro acontecimento, e só se pode contar com um oxímoro até que o momento em que o acontecimento irrompe. Neste sentido, aqueles que lamentam que Junho trouxe consigo o fim do lulismo não estão inteiramente errados, mas eles deveriam ir além dessa constatação melancólica, realizar o luto e voltar a pensar.

Desde o primeiro protesto popular contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo, no começo de Junho de 2013, cuja brutal repressão policial pôs os levantes em movimento, até os últimos suspiros de revolta com os garis do Rio de Janeiro, em

fevereiro de 2014, o acontecimento de Junho se manteve fiel a sua impressionante contingência. Este é o aspecto dos levantes de Junho mencionado com maior frequência e, estranhamente, também dos menos analisados e compreendidos. Os levantes estiveram em constante elaboração e sempre terminaram se tornando algo distinto do que os participantes tinham em mente quando se juntaram a eles, uma vez que eram verdadeiras multiplicidades e, portanto, consistiam em *acontecimentos*, na acepção plena da palavra. Se voltássemos ao mais ousado conjunto de reflexões sobre a natureza do *événement*, particularmente à *Lógica do sentido*, de Gilles Deleuze, veríamos um calhamaço de teses relacionadas à singularidade, multiplicidade e impessoalidade do acontecimento. Dentre as muitas coisas que o acontecimento não é, se poderia listar: a) não admite uma ligação entre “causa” e “efeito” a outro acontecimento; b) o seu sentido nunca está dado de antemão, anterior à própria experiência; c) não é atribuível ou redutível a um sujeito, individual ou coletivo, que presumivelmente poderia portar o seu sentido (Deleuze, 152-53, 177-78). O acontecimento de Junho indica “imprevisíveis e intempestivos, em que um mal-estar difuso e uma gama de potencialidades até então latentes se cristalizam numa expressão visível, que se torna ao mesmo tempo ponto focal de uma série de demandas sociais e centro irradiador de uma mudança subjetiva.” (Nunes, “Geração”, 17). Curiosamente, a maioria dos cientistas sociais perdeu de vista essas chaves analíticas ressaltadas por Nunes, como as citações anteriores deixam claro. Nesse aspecto, as ciências sociais funcionaram em uníssono com o antigo governismo, ao projetar uma ligação causal que apenas interessa para explicar um mau funcionamento posterior do sistema político. Nessa narrativa, é preciso “voltar a Junho” somente para desvendar o encadeamento de fatos que o liga ao impeachment de Dilma. A manobra é realizada ao produzir uma sequência de elos entre as revoltas de Junho e o impeachment de Agosto, baseando-se na natureza dos protestos (“desorganizado”, “primitivo”, “incapazes de acessar a representação”) e na composição deles – “lúmpen proletariado”, “blacks blocs”, “coxinhas” e, espantosamente, “fascistas” (Santos e Guarnieri, 485). Enquanto isso, os atributos mais importantes de Junho, a auto-organização e a ética faça-você-mesmo, a sua natureza inacabada e contingente, a sua verdadeira multiplicidade geralmente são ignorados. Na exaustiva bibliografia sobre as revoltas de Junho, dois nomes foram especialmente felizes no tratamento da singularidade do acontecimento. Produzindo textos menos preocupados que a ciência política em justificar e normalizar o sistema partidário brasileiro e menos preocupados que a maior parte da esquerda em eximir o governo derrubado de suas

responsabilidades, Paulo Arantes e Bruno Cava, de diferentes formas, fizeram justiça à natureza propriamente autônoma e horizontal de Junho.⁸

No belamente intitulado “Depois de junho, a paz será total”, Arantes interpreta as revoltas de junho sobre o pano de fundo da *razão pacificadora* que se manifestou tanto na ordem armada das ocupações militares de favelas – como a Maré, no Rio, para onde Lula e Dilma enviaram o exército – quanto em programas de moradia como os realizados pelo lulismo com alianças monitoradas entre construtoras e associações da sociedade civil. A coexistência de *welfare* e *warfare* na lógica da pacificação não passou despercebida por Arantes. Numa genealogia meticulosa que analisa uma série de tecnologias de governamentalidade que “desmobilizam ao mobilizar o corpo dos governados” (Arantes, 430), Arantes situa o acontecimento de junho no contexto mais adequado: aquele contra o qual os manifestantes de junho se revoltaram, em um contexto de muita cooptação estatal dos movimentos sociais e muito clientelismo Estado-sindicato. Arantes nota que ninguém menos do que o próprio Secretário de Segurança do Estado do Rio deixou claro que as Unidades de Polícia Pacificadora (a polícia “humanizada” altamente enaltecida à esquerda e à direita que ocupou favelas cariocas a partir de 2008) se espalharam justamente pela área projetada para a passagem dos eventos megasportivos internacionais. A lógica de ocupação territorial era evidente. Por curiosa ironia, como apontado por Arantes, a operação de contrainsurgência foi desencadeada antes que quaisquer insurgentes tivessem aparecido na cena: “os tempos estavam trocados, bem como a ordem de chegada dos personagens em cena” (364). Nesse sentido, a chegada dos “vândalos” de Junho foi um fato posterior, mas que serviu retrospectivamente para justificar uma operação que já estava em andamento. Asas metrópoles brasileiras, a essa altura, já tinham sido redesenhadas de acordo com um planejamento de ocupação militar do território, lógica subjacente aos esforços de pacificação. As revoltas de junho efetivamente transformaram as ruas, de palco de ocupações militares, a território em disputa e, por um tempo, particularmente no caso do Rio de Janeiro, parecia que os agentes armados do Estado seriam varridos pela multidão.

Estimou-se que entre 10 e 15 milhões de manifestantes tomaram as ruas em mais de 500 cidades brasileiras, ao longo do mês de junho de 2013. A transição entre um pequeno, porém relevante, protesto contra o aumento do preço da passagem dos ônibus em São Paulo, e o transbordamento de multidões por todo o país ocorreu quando a polícia militar, insuflada por editoriais da *Folha de São Paulo* e do *Estadão*,

protagonizou um verdadeiro massacre no centro, invadindo bares e restaurantes para atirar bombas de gás, espancar transeuntes, caçar manifestantes bem depois da dispersão do protesto e impor uma genuína tática de ocupação de guerra em território inimigo. O autor deste artigo, que havia estado presente numa amostra representativa dentre as maiores manifestações urbanas no Brasil desde 1982, estava nas ruas do centro de São Paulo na noite de 13 de junho e, com certeza, jamais tinha testemunhado tamanha demonstração de crueldade e brutalidade por parte da polícia. Nessa ocasião, o papel dos dois jornais principais acabou sendo, de fato, irônico. Ambos os jornais ajudaram a tocar fogo no redemoinho infernal e, claramente, terminaram pegos de surpresa pela extensão do massacre. Uma bala de borracha disparada por um policial cegou um olho de uma jornalista da mesma *Folha de São Paulo* que havia conclamado a polícia a “retomar” a Avenida Paulista. De qualquer forma, uma vez que a multidão decidiu reagir àquela noite sangrenta de 13 de junho, não havia mais nada que jornais, emissoras de TV ou qualquer poder instituído, inclusive o governo, pudessem fazer.

Em 17 de junho, a multidão já se insurgia não apenas contra o aumento do preço da passagem, mas para afirmar o seu direito ao levante. Entorpecidos por duas décadas de calmaria das ruas, os poderes instituídos subestimaram o efeito do massacre premeditado de 13/06 em São Paulo. Em tempos de calmaria, é próprio dos poderes instituídos (governo e seus vários braços, inclusive o armado, a grande imprensa e o Judiciário) contar com a onda de silêncio que se segue a um massacre promovido pela polícia. Durante tempos em que movimentos sociais trabalham em colaboração estreita com o Estado, esse resultado seria mais do que esperado. Mas a expectativa não se confirmou em junho: no dia 17, centenas de milhares tomaram as ruas “contra tudo”, como a manchete da *Folha de São Paulo* noticiaria no dia seguinte. A intensidade e a energia criativa que atravessavam a multidão tinham ido longe demais para que pudesse ser revertida. Escrevendo de dentro da espessura dos fatos, Bruno Cava assinalou: “Os slogans reivindicados nas ruas se alargaram do transporte à segurança pública, mobilidade urbana como um todo, moradia, saúde, educação, produção cultural. Os gastos relacionados aos megaeventos foram questionados, colocando em xeque a narrativa de um Brasil onde o futuro tinha chegado” (Cava, “A multidão”, 15). A série de reivindicações de junho somente poderia ser compreendida sem negar a plena multiplicidade que caracterizava os manifestantes que a exprimiam nas ruas. Nenhuma luta realmente se tornou dominante por um período longo, mas isso nem sempre ficou claro para os poderes instituídos. Vistos de fora, os protestos começaram a ser

representados com ênfase em determinados assuntos em detrimento de outros, dependendo de quem os representava. Boa parte da grande imprensa se concentrou no tema anticorrupção, levando-o ao primeiro plano, mas as manifestações eram mais múltiplas em seu alcance do que qualquer conjunto comparável em toda a história moderna do país. Com frequência, a mesma passeata frequentemente apresentava múltiplos rostos, como a de 22 de junho em Belo Horizonte, quando acontecia na cidade uma partida da Copa das Confederações. O começo da passeata, cuja concentração tinha ocorrido no centro, ao redor da Praça Sete de Setembro, era composto por cidadãos de classe média e ali prevalecia o tema da corrupção. Na medida em que ela se movia na direção do Mineirão, o influxo advindo dos bairros da classe trabalhadora como o Aparecida e a Lagoinha mudou a cara da manifestação. Daí em diante, ela se desdobraria em pautas pela desmilitarização da polícia, por transporte público e contra a Copa do Mundo. Diferentemente do lulismo, Junho não se vivia os opostos como contradições. As diferentes manifestações assumiram a forma de uma multiplicidade afirmativa, intensa, mesmo quando – ou talvez exatamente quando – visões antagônicas se chocavam dentro da mesma passeata.

Em 17 de junho, no Rio, “palácios foram pixados, vidraças estilhaçadas, um carro revirado e incendiado, muita propaganda avacalhada, agências bancárias reduzidas a pó. Uma ciranda se organizou ao redor do fogo. Ria-se em meio ao caos. E não havia como estancar o movimento.” (Cava, 37). Em Brasília, a multidão ocupou o Congresso Nacional, tomando com fúria e rebeldia a construção modernista e imponente de Oscar Niemeyer. No Rio, 17 de junho também marcou o momento em que as multidões superaram todos os medos diante da polícia. Era tão grande e feroz que os policiais foram obrigados a recuar para o interior do palácio da Assembleia Legislativa do Rio, enquanto eram alvejados por pedras, pedaços de madeira e rojões lançados da rua. Em 20 de junho, os mesmos prefeitos de São Paulo e Rio que tinham falado da impossibilidade de congelar o preço das passagens voltaram atrás. As manchetes de *O Globo* e *Folha* anunciaram que a multidão tinha derrotado o aumento da passagem, mas já era tarde : “Não é por 20 centavos”, gritavam as multidões. Os protestos se compunham, na maior parte do tempo, no Rio e em todo o país, por uma multiplicidade de rostos e ações surpreendentemente pacíficas, numa emocionante reunião das maiores massas de manifestantes da história do Brasil.

Em 21 de junho, a ênfase de todos os jornais passou a ser a “violência” e o “caos”. A manchete da *Folha de São Paulo* foi “Protestos violentos se espalham e

confrontos chegam a 13 capitais”. Na primeira página do *Globo*, lemos “Sem controle”. Privilegiando fotografias de fogueiras nas ruas, em vez das multidões pacíficas que se aglomeravam antes, a imprensa noticiou o “vandalismo” sem dar suficiente atenção ao fato indiscutível de que a polícia era o maior, ou pelo menos quase sempre o primeiro agente da violência. Os black blocs, a juventude mascarada que assumia posições de frente na defesa da multidão, começaram a ser retratados como vândalos perigosos e violentos que eram os responsáveis pelo “caos” que as reportagens apontavam e identificavam no final dos protestos. Com efeito, a tática black bloc se tornou um mecanismo importante na defesa dos manifestantes, que em sua maioria conseguiam se dispersar enquanto a polícia era distraída com fogueiras e ataques contra a propriedade, em particular contra vitrines de agências bancárias. Mas no noticiário televisivo, radiofônico e impresso, os black blocs eram pintados como perigosos vândalos que tinham se infiltrado nas manifestações. A essa altura, fazia duas semanas seguidas que as manifestações aconteciam, com milhões de brasileiros tomando as ruas, mas a presidente Dilma permanecia em silêncio. De acordo com a *Folha*, fontes em Brasília descreviam o clima no governo como “atônito.”⁹

Pela primeira vez em 30 anos, multidões estavam nas ruas sem qualquer presença do Partido dos Trabalhadores na organização dos atos. Desde a campanha das Diretas-Já (1984), passando pela mobilização popular que levou ao impeachment de Collor (1992), até as várias ocupações de terra conduzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nos anos 90 (as ocupações diminuíram de uma forma aguda durante os anos 2000, não porque a reforma agrária tivesse sido obtida, mas porque o governo federal e o movimento passaram a ser aliados), o PT sempre se sempre foi parte da espinha dorsal da mobilização popular no Brasil. Entre os dirigentes, a reação inicial aos protestos de junho pode ser resumida com uma pergunta que ficava implícita em algumas intervenções: “como ousam ir às ruas sem a nossa permissão?” Da série de reações por parlamentares do PT, pelo presidente do partido, Rui Falcão, e por sua base organizada, podem se discernir pelo menos três reações diferentes que se contradizem entre si e se sucederam uma à outra ao longo do tempo, naturalmente com alguns períodos breves de sobreposição: a) enquanto os precursores de junho livravam uma luta limitada e localizada contra o aumento da passagem, a posição do PT era considerá-la impossível de ser atendida – uma vez que a reivindicação era dirigida a uma prefeitura do partido, encabeçada por Fernando Haddad em São Paulo – e ao mesmo tempo de condenar a repressão protagonizada pela polícia,

já que esta podia ser creditada ao governo do PSDB. ; b) quando a luta assumiu a forma de multidão contra o sistema político representativo a reação de pânico dos líderes do partido e de boa parte da base os levou a desqualificá-la como composta por “coxinhas” e infiltrada por “vândalos” – ainda na esperança que as multidões viessem a acalmar-se para que o pacto político lulista pudesse ser restabelecido; c) quando ficou claro que a multidão não recuaria, o partido guinou a sua posição inicial em 180 graus e decidiu “juntar-se” às passeatas e “apoiá-las”, fazendo chamadas explícitas – algumas das quais depois seriam retiradas, num verdadeiro show de confusão – para que os filiados do PT se juntassem a elas, levassem as suas bandeiras e se vestissem de vermelho. Foi só a partir desse momento, que episódios de violência física contra militantes partidários de vermelho aconteceram nos protestos, depois da insistência por manifestantes que as bandeiras fossem abaixadas. Nesse momento, o divórcio radical entre o PT e as ruas se consolidou de tal maneira que não seria mais revertido. O partido perdeu o contato com o impulso das ruas em meio à tempestade desencadeada por Junho.

Junho se compôs de “profanações cometidas por pessoas sem nome que não estão nem pedindo pra sair nem aceitando as porradas da vida” (Arantes, 400). É tão simples quanto essa aguda formulação de Paulo Arantes sugere mas, de modo parecido com a esquerda organizada, a grande imprensa também perdeu de vista a situação. Os dois jornais paulistas foram instrumentais na deflagração do pesadelo de repressão policial que acendeu a nacionalização dos protestos a partir de 13 de junho. Houve algumas boas reportagens sobre as passeatas seguintes, mas tanto a Rede Globo quanto os três maiores jornais do país inflexivelmente colocaram em primeiro plano a violência contra os bancos e as vidraças, numa estratégia de silenciamento e criminalização os protestos. Quando isso se mostrou impossível, a abordagem mudou e a imprensa, particularmente a Globo, investiu pesadamente em privilegiar na cobertura os setores que portavam a bandeira nacional, os verdes e amarelos, cuja composição era obviamente mais próxima da classe média e preocupações focalizadas na crítica à corrupção. Essa abordagem persistiu por algum tempo em contradição explícita com a multiplicidade dos levantes, que se, por um lado, realmente incluíam manifestantes vestindo as cores da bandeira nacional contra a corrupção (a maior parte deles mirando a corrupção *por todos os partidos*), por outro lado, também incluíam uma série de temas relativos a direitos LGBT, feminismo, luta indígena, descriminalização das drogas, desmilitarização da polícia e mobilidade urbana, apenas para mencionar algumas das reivindicações que coexistiam com o tema anticorrupção. O foco seletivo da grande

mídia num único tema principal terminou exacerbando a incapacidade da esquerda de responder adequadamente à reivindicação de combate à corrupção. A esquerda no Brasil tradicionalmente adotou o discurso de que a crítica da corrupção “despolitiza” as coisas e essa alegação tem sido significativamente reforçada por cientistas sociais que ecoam o mesmo chavão. Na melhor das hipóteses, a esquerda e boa parte das ciências sociais lançam mão automaticamente da pauta de uma genérica “reforma política” como uma solução para a corrupção (solução que jamais poderá ser colocada em prática, já que requer que a maioria dos políticos eleitos cometa um suicídio político): “daí soar como um escárnio grotesco o reflexo pavloviano da Reforma Política, toda vez que parece tocar a campanha salivadora do ‘vocês não me representam’” (Arantes, 424). A esquerda lulista, por conseguinte, se tornou presa fácil para a recodificação de Junho como uma jornada de protestos anticorrupção – já naquele momento, , particularmente por parte da Globo – em desfavor de todas as outras facetas do levante. Em síntese, e para resumir com uma fórmula mais ou menos caricata (mas verdadeira em essência), a Globo estava agora dizendo que Junho era bom porque era anticorrupção. E o lulismo estava dizendo que Junho era ruim, ou no mínimo ingênuo, porque era anticorrupção. A esquerda governista ajudou a atar o nó no qual mais tarde seria enforcada.

O espírito de Junho, contudo, era outra coisa. Num país onde “Ingovernável mesmo só índio, sobre o qual o neodesenvolvimentismo de agora [2014] está passando o rodo da solução final” (Arantes, 404), as multidões de Junho ousaram afirmarem-se não mais desejosas de ser governadas como antes. “Junho foi, antes de tudo, sobre isto: como somos governados, como nos governamos e como agora não queremos mais saber disso” (Arantes, 453). Indubitavelmente montado nos ombros de movimentos de 2011-12, tais como as Primaveras Árabes, o Occupy Wall Street ou as acampadas espanholas, Junho foi singular vis-à-vis todos eles. Diferentemente da Primavera Árabe, Junho não se dedicou a derrubar um ditador; diferentemente do Occupy Wall Street, ele realmente causou um choque no establishment político, ao ponto em que muitos pensaram que todo o sistema político poderia desmoronar. O declínio do lulismo foi acelerado devido à resposta tardia e ineficaz de Dilma Rousseff a Junho. Depois de ficar calada ao longo de dez dias a Presidente propôs uma reforma-panaceia (aquela que exigiria o suicídio político da maioria dos representantes eleitos), sob a forma de Constituinte “parcial e exclusiva”, um Frankenstein legal anunciado por ela na TV sem qualquer consulta a ninguém, nem sequer o seu então leal vice-presidente, um constitucionalista que fazia a ponte da presidência com o Congresso. Naturalmente, a proposta de Dilma morreu em

menos de 48 horas. Junho não era, à época, um levante contra o seu governo, mas a torpeza da resposta acelerou a marcha da perda do capital político que, mais tarde, levaria ao seu impeachment, mesmo tendo no ínterim tenha conseguido ganhar a reeleição em uma campanha bem apertada e marcada pelas mentiras e difamações cometidas por sua campanha. Entre outras coisas, Junho prepararia o terreno para a maior investigação de corrupção da história do país, a Lava Jato, que vem padecendo das dificuldades estruturais e seletividades comuns a todas as operações policiais, mas que nem por isso deixou de desnudar o funcionamento do poder político brasileiro – particularmente em seu saqueio do de patrimônio público -- em proporções até então inimagináveis. or todos os partidos políticos, esquerda e direita, apoiadores ou adversários do governo destituído. Junho não mirou diretamente no lulismo, mas acelerou o seu declínio inevitável ao pôr em evidência o divórcio do lulismo em relação às ruas. Naturalmente, o próprio Lula pode até vir a retornar, a depender dos resultados das investigações contra ele, mas independente do resultado, ele só pode retornar na forma de um candidato oligárquico entre outros, um cacique político cercado por operadores pagos. O pacto lulista em si, esse que governou o país entre 2005 e 2013, ruiu de vez.

A história política brasileira recente se deixa vislumbrar com mais possibilidades de leitura abertas quando Junho é adequadamente situado como a força constitutiva em torno da qual os movimentos contraditórios dessa história tiveram lugar. Muitos erraram ao ver o impeachment de Rousseff como uma espécie de culminação da ruptura da democracia iniciada por Junho. . Na academia, essa explicação unilateral, baseada numa relação lógica mecânica entre causa e efeito, assumiu a forma de uma racionalização do sistema político pútrido do país, como se os manifestantes que gritaram “não nos representa” fossem de alguma maneira alienados, ingênuos ou pior, “fascistas”, por rejeitarem os mecanismos estabelecidos de representação política.¹⁰ A verdadeira oposição no interior do debate político brasileiro se dá, na realidade, *ao redor do legado de Junho*, e não em torno às negociações e reacomodações mais conjunturais que conduziram ao impeachment de Dilma e à quebra da coalizão entre o PT e o PMDB. Essa coalizão estava, afinal de contas, unida na repressão de Junho, emblematicamente no estado do Rio de Janeiro, que os dois partidos governavam de mãos dadas, o PT sendo na verdade o responsável pelas remoções de população para a Copa do Mundo.

O que divide as interpretações políticas em duas principais posições no Brasil hoje (que obviamente podem ser adotadas segundo vários graus de nuance) não é a

diferença entre esquerda e direita. Aqueles que denunciaram Junho como o culpado pelo impeachment (a maior parte da esquerda governista) e aqueles que apoiaram a repressão de Junho como um movimento de vândalos (direita) estão juntos do mesmo lado da linha divisória. Do outro lado, estamos os muitos que reivindicamos o legado de Junho, insistimos em sua natureza concomitantemente única e múltipla, singular e polifônica, como um legítimo acontecimento, e que nele enxergamos a reivindicação em aberto daquele passado benjaminiano vencido que não para de reaparecer em busca de redenção. Nos termos mais simples possíveis, há de um lado aqueles que querem esquecer e soterrar Junho e, do outro, aqueles que querem fazer-lhe a justiça devida. Essas são duas interpretações profundamente diferentes e dramatizam, a meu ver, o antagonismo político que verdadeiramente importa no Brasil hoje.

Idelber Avelar é professor na Universidade de Tulane, em Nova Orleans (EUA), especializado em ficção contemporânea latino-americana, teoria literária e estudos culturais. Autor de dezenas de artigos entre a literatura, a política e a filosofia, blogueiro de *O biscoito fino e a massa*, ativo entre 2004 e 2014. Seus livros mais recentes são *Transculturación en suspenso: Los orígenes de los cánones narrativos colombianos* (Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2016), *Crônicas do estado de exceção* (Rio de Janeiro: Azougue, 2015) e *Figuras da violência: Ensaio sobre ética, narrativa e música popular* (Belo Horizonte: UFMG, 2011).

Notas

¹ Sou grato a Aline Passos, Igor Suzano Machado e Christopher Dunn pelas leituras atentas das versões anteriores deste manuscrito. Quaisquer erros são, evidentemente, de minha exclusiva responsabilidade. Também agradeço a Aline por franquear-me o acesso ao artigo de Paulo Arantes.

NE.: Publicado originalmente em inglês, na *Luso-Brazilian Review* n.º 54, em maio de 2017. Tradução ao português pelo coletivo de tradutores da rede Universidade Nômade (uninomade.net). Disponível no original em: <http://www.arts.auckland.ac.nz/en/about/events/2017/05/the-2013-uprisings-in-brazil-and-the-waning-of-lulismo.html>

² Doravante simplesmente referido por “Junho”, com maiúscula, como passou a ser conhecido. Embora esses acontecimentos venham a ser conhecidos pelo nome do mês de início, deve-se ter em mente que eles se desenrolaram, pelo menos, até fevereiro de

2014, com a heroica greve dos garis do Rio de Janeiro. Neste artigo, “Junho” designa tanto os eventos em si quanto o legado, um que está em forte disputa no Brasil, como as páginas que seguem vão mostrar.

³ Para um exemplo mais elaborado e representativo do que aqui vai ser chamado de “retórica do golpe”, ver Jessé Souza. Ver também o artigo de Fernando Guarnieri e Fabiano Santos, publicado no *Journal of Latin American Studies*, ao que respondo na edição de junho de 2017. Também faço referência às notas oficiais da ANPOCS e da ABPC, bem como a entrevistas de cientistas políticos como Leonardo Avritzer e Luís Felipe Miguel. É importante sublinhar que a retórica do golpe não é unânime entre os cientistas sociais brasileiros. Para uma importante voz dissidente, ver o sociólogo Luiz Werneck Vianna.

⁴ A natureza insurrecional de Junho é um ponto em debate, pois os levantes nunca realmente tentaram tomar o poder estatal. Mas eles foram sem dúvida levantes. Para uma discussão ao redor do conceito de insurgência, com foco na precedência cronológica de táticas de contrainsurgência por parte do estado brasileiro, anos antes de qualquer coisa parecida com uma insurgência tomar corpo, ver Paulo Arantes.

⁵ O gasto do governo federal em marketing na grande mídia saltou de R\$ 1,14 bilhões em 2003 para R\$ 2,61 bilhões em 2013, corrigindo-se os valores para 2015. Isto é, o gasto federal em verba de publicidade nas mídias impressa e digital cresceu 127% durante a primeira década do governo do PT. A fatura completa está disponível no site da Secretaria de Comunicação da Presidência: <http://www.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/midia/>. Sou grato ao trabalho de tabulação realizado pelo blog “Coleguinhas, uni-vos”: <https://coleguinhas.wordpress.com>

⁶ Digo isso tendo plena consciência que a maioria, senão todos os apoiadores do PT, rechaçariam o reconhecimento de Buarque ou Gabeira como políticos da centro-esquerda, mas as posições deles seriam qualificadas dessa forma em qualquer parlamento na Europa ou América Latina (nos EUA, eles seriam classificados simplesmente como esquerda). Essa discrepância no modo de designação é ela mesma exemplo da estratégia que o trecho acima está descrevendo.

⁷ Sou grato a Moysés Pinto Neto pela sacada. Para os escritos de Pinto Neto sobre a conjuntura brasileira, ver a sua página web na plataforma Medium, especialmente “A crise política e as suas mediações.” <https://medium.com/@moysespintoneto>

⁸ Apoio-me aqui em Cava, *A multidão foi ao deserto* e *A terra treme*, bem como no ensaio de Arantes “Depois de junho a paz será total”, textos que foram uma inspiração para este artigo. De qualquer forma, boa parte da bibliografia sobre junho é valiosa, particularmente os artigos escritos por autores que não eram cientistas sociais ou que foram críticos de suas disciplinas nas ciências sociais. Ver os artigos por Oiara Bonilla e Artionka Capiberibe sobre o movimento indigenista, por Pablo Orrtellado sobre o “Movimento do Passe Livre” (MPL) e por Rodrigo Nunes sobre a continuação de junho, todos esses disponíveis na edição especial dedicada a esse evento em *Les Temps Modernes: Brésil 2013: l’année qui ne s’achève pas*. Para uma análise do impeachment de Dilma à luz das revoltas de Junho, ver Avelar.

⁹ Para os trechos citados da *Folha de São Paulo* e *O Globo*, ver os arquivos online:

<http://acervo.folha.uol.com.br/> e <http://acervo.oglobo.globo.com/>.

¹⁰ Essa afirmação foi feita, na verdade, por Fabiano Santos e Fernando Guarnieri, que falam de “cartazes dizendo coisas como ‘Ditadura Já’, ‘Não nos representa’ e do tipo” (487), como se houvesse qualquer semelhança entre os dois cartazes citados e como se o primeiro representasse uma fração maior do que, no máximo, 1% dentre os cartazes que apareceram em Junho.

Referências

“ABCP expressa preocupação e perplexidade com aceitação do pedido de impeachment do mandato de Dilma Rousseff.” ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política.” 2015. <http://www.anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/1513-nota-abc-p-expressa-preocupacao-e-perplexidade-com-a-aceitacao-do-pedido-de-impeachment-do-mandato-de-dilma-rousseff> Retrieved March 05, 2017.

Arantes, Paulo “Depois de junho a paz será total.” *O novo tempo do mundo e outros ensaios sobre a emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014. 353-460.

Avelar, Idelber. “Ascensión y caída del lulismo.” *Revista Transas*. Buenos Aires: U of San Andrés, 2016. <http://www.revistatransas.com/2016/09/15/ascension-y-caida-del-lulismo/> Retrieved February 28, 2017.

Avelar, Idelber. “A Response to Fabiano Santos and Fernando Guarnieri”. *Journal of Latin American Cultural Studies* 26.2 (2017): 1-10.

Bonilla, Oiara and Artionka Capiberibe. “L’invasion du Congrès: Contre qui luttent les Indiens.” *Les temps modernes* 678 (2014): 108-121.

“Brazil takes off”. *The economist*. November 2009. <http://www.economist.com/node/14845197> Retrieved February 26, 2017.

Cava, Bruno. “O 18 Brumário brasileiro.” *A terra treme: Leituras do Brasil de 2013 a 2016*. Org. Bruno Cava e Márcio Pereira. São Paulo: Annablume, 2016. 11-73.
--- *A multidão foi ao deserto; as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)*. São Paulo: Annablume, 2013.

Deleuze, Gilles. *The logic of sense*. Trans. Mark Lester. New York: Columbia UP, 1990 [1969].

Folha de São Paulo. Acervo. June 2013. <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Retrieved February 28, 2017.

O Globo. Acervo. June 2013. <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Retrieved February 28, 2017.

Labaki, Victor “Golpe parlamentar foi uma surpresa para a ciência política brasileira, dizem especialistas.” *Revista Fórum*. São Paulo: Fórum, 2016.

<http://www.revistaforum.com.br/2016/09/01/golpe-parlamentar-foi-uma-surpresa-para-a-ciencia-politica-brasileira-dizem-especialistas/> Retrieved February 26, 2017.

Mota, Camilla Veras. “Com crise, base da pirâmide cresce e volta a níveis de 2011.” *Valor Econômico*. January 30, 2017. 12-13.

Neto, Moysés Pinto. “A crise política e suas mediações.” 2016.
<https://medium.com/@moysespintoneto/a-crise-pol%C3%ADtica-e-suas-media%C3%A7%C3%B5es-1e6ba2167e48#.tdt6vh2k0>. Retrieved February 28, 2017.

Nobre, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

“Nota da diretoria executiva da ANPOCS em defesa do estado democrático de direito.” ANPOC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2015.
<http://www.anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/1515-nota-da-diretoria-executiva-da-anpocs-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito>. Retrieved March 05, 2017.

Nunes, Rodrigo. “Geração, acontecimento, perspectiva: Pensar a mudança a partir do Brasil.” *Nueva Sociedad*. Special issue in Portuguese 2014: 14-26.
---. “June n'est pas fini.” *Les temps modernes* 678 (2014): 4-23.

Ortellado, Pablo. “La antipartie: Autonomie et stratégie dans le 'Movimento Passe Livre.’” *Les temps modernes* 678 (2014): 24-36.

Santos, Fabiano and Fernando Guarnieri. “From protest to parliamentary coup: An overview of Brazil's recent history.” *Journal of Latin American Cultural Studies* 25.4 (2016): 485-494.

Singer, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012..

Souza, Jessé. *A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo: Leya, 2016.

Vianna, Luiz Werneck. “A retomada das atividades reflexivas.” *Estado de São Paulo*. March 05, 2017.